

CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS
CONTRATO REF.ª N.º 57_ GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos

E

CONSULMAR – Projetistas e Consultores, LDA

CONTRATO REF.ª N.º 57_GPENAPOR_2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Entre;

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 200487264/120061222, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do Cartão Nacional de Identificação (CNI) n.º 19830516M001A, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pelo pela Dr.ª **Eneida Cristina Lima Gomes**, solteira, portadora do BI n.º 316103, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF 131610325 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar;

Doravante identificado simplesmente por “Primeira Outorgante”

e

CONSULMAR – PROJETISTAS E CONSULTORES, Lda., com sede na Avenida António Augusto de Aguiar, nº 19, 2º Esqº, 1050-012 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o Nº 500073996, Detentora do Capital Social de € 1.000.000,00 (um milhão de euros), NIF: 500073996, representada pelos seus Gerentes: **Carlos Maria de Sousa Ferreira Abecasis**, titular do Cartão de Cidadão nº 05339976 5 ZZ0 válido até 11/03/2030 e **Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa**, titular do Cartão de Cidadão nº 07234343 5 ZX1, válido até 27/07/2028, ambos com residência profissional na Av. António Augusto de Aguiar, nº 19 – 2º Esq.º – 1050-012 LISBOA na qualidade de Gerentes respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar

Doravante identificado simplesmente por “Segunda Outorgante”

Considerando que:

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu o procedimento por Ajuste Direto (Nr.º 18_GPEnapor_2022), nos termos das alíneas a) e b) do n.º1 do artigo 39.º do CCP, para formação do contrato do Contrato de Prestação de Serviços;
- b) A minuta do contrato de prestação de serviços foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Prestação de Serviços que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª
(Objeto)

1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de ordenamento de uma parte de uma zona do Porto Grande, Ilha São Vicente, compreendida entre o terminal da ENACOL (a norte) e 200 (duzentos) metros a Sul do Complexo de Pesca de Cova de Inglesa (CPCI). O consultor deverá desenvolver as seguintes principais tarefas:
 - Tomar conhecimento do Plano Diretor do Porto Grande;
 - Tomar conhecimento junto da CMSV (Câmara Municipal de São Vicente) dos planos de ordenamento das zonas adjacentes à área em causa;
 - Tomar conhecimento dos projetos de desenvolvimento estruturantes para a ilha e para o Porto Grande;
 - Analisar a situação “física” da área marítima e terrestre dentro dos limites identificados;
 - Analisar os diversos projetos apresentados no Anexo 1 da Carta Convite ou que venham a ser apresentados durante os trabalhos desta consultoria;
 - Elaborar um Plano de Ordenamento da zona referida, que contenha os projetos propostos de acordo com as prioridades de desenvolvimento nacional e dimensionando os mesmos de acordo com as necessidades.

2. O contrato é composto pelo presente clausulado e pelos demais documentos, nomeadamente, o convite, os esclarecimentos prestados e as propostas técnica e financeira apresentadas em 23 novembro de 2022.

Cláusula 2.^a (Duração)

1. O contrato vigorará pelo prazo de 09 (nove) semanas da data da assinatura do presente contrato, distribuídos como se segue:
 - Relatório Preliminar – 08 (oito) semanas após assinatura do contrato e início dos serviços;
 - Relatório Final - 01 (uma) semana após a aprovação do relatório preliminar.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes.
3. Estão excluídos da contagem dos prazos referidos acima os tempos associados à análise, pela Primeira Outorgante, na fase de apreciação intermediária e apresentação de subsídios de melhoria.

Cláusula 3.^a (Preço e Condições de pagamento)

1. Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a pagar à Segunda Outorgante o montante global de 38.600 euros (trinta e oito mil e seiscentos euros), desdobrados de acordo com o que se segue:
 - a) Com a entrega do Relatório Preliminar no valor 30.880 Euros (trinta mil e oitocentos e oitenta euros) correspondente a 80% (oitenta por cento);
 - b) Com a entrega do Relatório Final no montante de 7.720 Euros (sete mil e setecentos e vinte euros) correspondente a 20% (vinte por cento);
2. Os pagamentos acima referenciados serão efetuados no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da receção da fatura, por meio de transferência bancária, para a conta da Segunda Outorgante junto do Banco Santander, em Lisboa, com o IBAN PT50 0018 000001932159002 05.

3. Existirá mora no pagamento sempre que o prazo estabelecido no número anterior seja ultrapassado, sem que a parte devedora demonstre que os valores faturados foram já irreversivelmente colocados à disposição da instituição bancária da parte credora;
4. Em caso de mora no pagamento, a Segunda Outorgante terá direito e sem demoras, para a parte dos pagamentos considerados, a juro de mora à taxa legal, não podendo, no entanto, o total destes juros ultrapassar 30% (trinta por cento) do preço contratual.
5. A mora da Primeira Outorgante interrompe a contagem dos prazos a que ora se obriga a Segunda Outorgante, nomeadamente, para efeito de cálculo de penalizações.

Cláusula 4ª
(Coordenação e Representantes)

1. A Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante designam, individualmente, um ou mais representante(s) ao(s) qual(is) são conferidas as atribuições e competências necessárias para a correta e plena coordenação na execução dos serviços objeto do presente contrato.
2. No cumprimento das respetivas atribuições e responsabilidades cada representante designado deverá manter estreita ligação e colaboração, trocando informações e prestando todo o apoio que se revelar necessário para a plena prossecução do objeto do presente contrato, cumprindo cada um as respetivas funções e competências, com o máximo das suas diligências e profissionalismo.

Cláusula 5.ª
(Dever de boa execução)

1. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante garante que os serviços por si prestados no âmbito do presente contrato cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados



aos objetivos definidos pela Primeira Outorgante e constantes dos documentos referidos no n.º 2 da Cláusula 1ª.

Clausula 6ª
(Relatório Final de Execução Dos Serviços e Apresentação dos dados)

1. A Segunda Outorgante obriga-se a manter registos completos e fiáveis dos serviços prestados ao abrigo do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante **obriga-se a entregar um relatório final de desenvolvimento dos serviços em suporte digital, PDF e AUTOCAD** com os dados e outras informações pertinentes relacionadas com o objeto deste contrato.
3. A Segunda Outorgante **obriga-se a efetuar uma apresentação final do projeto**. Tal apresentação deverá ocorrer no máximo de 07 (sete) dias após o envio do Relatório Final.

Cláusula 7.ª
(Propriedade Intelectual e Direitos de Autor)

1. Todo o “*know-how*” relativo à prestação dos serviços compreendidos no presente instrumento, nomeadamente o resultante da consultoria relativa ao **ordenamento de uma parte da zona do Porto Grande, Ilha São Vicente, compreendida entre o terminal da ENACOL (a norte) e 200 (duzentos) metros a Sul do Complexo de Pesca de Cova de Inglesa (CPCI)**, previsto Cláusula 1.ª, elaboradas pela Segunda Outorgante serão, no termo do contrato, propriedade da Primeira Outorgante para todos os efeitos.
2. A Segunda Outorgante indemnizará a Primeira Outorgante por todos os prejuízos, danos ou custos emergentes de ações ou procedimentos por violação de direitos de propriedade intelectual relativamente aos documentos, desenhos, peças escritas ou desenhadas, ideias ou técnicas, protegidos por direitos de propriedade intelectual, mesmo que tal violação não fique a dever-se a negligência ou dolo da Segunda Outorgante.
3. A Segunda Outorgante não poderá invocar quaisquer direitos pessoais relativamente a direitos de propriedade intelectual com vista a obstar ao cumprimento das obrigações que para ela decorram do presente contrato.
4. A Segunda Outorgante cumprirá todas as obrigações e deveres legais que resultem da utilização direta ou indireta de direitos de propriedade intelectual

e industrial da Primeira Outorgante ou de terceiros, designadamente informações de natureza técnica, ambiental ou de segurança.

5. Em caso de violação, ou de alegada violação, dos direitos de propriedade referidos no número anterior, a Segunda Outorgante será a única responsável por qualquer questão judicial ou reclamação feita contra a Primeira Outorgante, indemnizando-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 8.^a
(Regularização de contribuição fiscal e de segurança social)

1. Durante a vigência do presente contrato, a Segunda Outorgante obriga-se a manter regularizadas as obrigações fiscais e as obrigações contributivas para a Previdência Social.
2. Para efeitos do determinado no número anterior, a Segunda Outorgante, obriga-se a disponibilizar a documentação comprovativa da situação de regularidade, sempre que solicitado pela Primeira Outorgante.

Cláusula 9.^a
(Obrigações principais da Segunda Outorgante)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente contrato, ou nos demais documentos contratuais, da sua celebração, decorrem para a Segunda Outorgante, as seguintes obrigações:
 - a) Prestar os serviços contratados de forma e modo ajustados, de acordo com as normas e especificações técnicas aplicáveis, dando plena e total garantia dos mesmos;
 - b) Executar os serviços contratados utilizando a melhor técnica e visando sempre atingir o melhor resultado, sob sua exclusiva responsabilidade;
 - c) Assumir total responsabilidade pelos atos e/ou omissões praticados pelos seus colaboradores, bem como pelos danos de qualquer natureza que os mesmos venham a sofrer ou causar à Primeira Outorgante, em decorrência da prestação dos serviços objeto do presente contrato;
 - d) Cumprir todas as determinações impostas pelas autoridades públicas competentes, relativas aos serviços aqui contratados;

- e) Proceder à retificação de qualquer documento do processo, sem custo adicional, desde que esta seja decorrente de informações ou documentos de responsabilidade da Segunda Outorgante;
- f) Executar a prestação dos serviços objeto do presente contrato em conformidade com os dados fornecidos pela Primeira Outorgante;
- g) Respeitar toda a legislação que lhe seja aplicável;
- h) Comunicar de imediato à Primeira Outorgante, quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
- i) Informar de imediato à Primeira Outorgante de quaisquer factos de que tenha conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
- j) Responder a qualquer incidente ou reclamação suscitados pela Primeira Outorgante, relativamente à prestação dos serviços, quando solicitado.
- k) Cumprir o prazo acordado para conclusão dos serviços, conforme estipulado no número 1 da cláusula 2.^a do presente contrato;

2. Todos os estudos, evidências, resultados, propostas, relatórios e planos que resultarem da prestação dos serviços objeto deste contrato, serão remetidos, em primeira mão, à Primeira Outorgante, devendo em caso algum serem utilizados para fins alheios aos citados, sem a devida autorização da mesma.

Cláusula 10.^a **(Obrigações da Primeira Outorgante)**

A Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Efetuar os pagamentos na forma e modo acordados;
- b) Comunicar a Segunda Outorgante sobre as reclamações feitas contra os seus colaboradores, bem como com relação a danos por eles causados;
- c) Fornecer à Segunda Outorgante toda a documentação solicitada para executar os serviços de maneira criteriosa;
- d) Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todas as taxas administrativas e/ou fiscais que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços;
- e) Facultar o acesso da Segunda Outorgante às instalações da Primeira Outorgante sempre que tal se afigure necessário à adequada execução do presente contrato;
- f) Fornecer à Segunda Outorgante, e dentro de um período razoável, todas as informações que a mesma solicitar para a adequada execução do presente contrato;

- g) Assegurar que os seus técnicos estejam disponíveis para prestar informações necessárias e tempestivas solicitadas pela Segunda Outorgante para a adequada execução do contrato;
- h) Facilitar os contactos com outras instituições para a recolha de informações necessárias.

**Cláusula 11.^a
(Penalidades)**

1. Em caso de incumprimento dos prazos estabelecidos na cláusula 2^a imputável à Segunda Outorgante, aplicam-se, nas seguintes situações, as seguintes penalidades:
 - 1.1. Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 07 (sete) dias.
 - 1.2. Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2% (dois por cento) valor do contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço do preço contratual.
2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respetivo valor será apurado e faturado em cada prestação.
3. O prazo para o pagamento, pela Segunda Outorgante, das penalidades previstas na presente cláusula é de 10 (dez) dias a contar da data da receção das respetivas faturas, emitidas pela Primeira Outorgante. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Primeira Outorgante poderá optar por satisfazer os pagamentos previstos nos números anteriores através de compensação com as quantias a pagar à Segunda Outorgante, ao abrigo do contrato a celebrar.
4. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual.
5. Caso seja excedido o montante referido no número anterior e a Primeira Outorgante decida não proceder à resolução do contrato, pelo facto de tal resolução implicar um grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30% (trinta por cento).

Cláusula 12.^a
(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, nomeadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser comunicadas à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.

Cláusula 13.^a
(Resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos da lei;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
 - c) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de diretivas ou instruções transmitidas relativamente à execução das prestações contratuais;
 - d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato;
 - e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na legislação aplicável;
 - f) Incumprimento, pela Segunda Outorgante, de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

Cláusula 14.^a
(Efeitos da resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)

1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante por facto imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 15.^a
(Resolução pela Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante pode resolver o contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Primeira Outorgante;
 - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Primeira Outorgante ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros;
 - d) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
2. O direito de resolução previsto na presente cláusula é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração pela Segunda Outorgante, salvo se esta cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 16.^a
(Efeitos da resolução do Contrato por parte da Segunda Outorgante)

1. Em caso de resolução do presente contrato pela Segunda Outorgante por facto imputável à Primeira Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento



- dos montantes correspondentes às fases já entregues ou em elaboração e uma indemnização pelos prejuízos emergentes da decisão tomada que se fixa em 15% (quinze por cento) dos montantes fixados;
2. A indemnização é paga pela Primeira Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
 3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 17.^a
(Dever de sigilo)

1. A Segunda Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, de segurança, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Primeira Outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do presente contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do presente contrato, salvo autorização expressa da Primeira Outorgante.
3. A Segunda Outorgante obriga-se a remover e/ou destruir, no final da prestação dos serviços, todo e qualquer tipo de registo (em qualquer tipo de suporte, incluindo papel ou digital) relacionados com a informação coberta pelo dever de sigilo.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto nesta cláusula a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela Segunda Outorgante ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. Os serviços prestados pela Segunda Outorgante constantes da Cláusula 1.^a, serão realizados sem exclusividade, tendo em vista os seus membros desempenharem atividades para terceiros em geral, desde que não haja conflitos de interesses com o pactuado no presente contrato, ficando estabelecido o regime de confidencialidade e sigilo sobre toda documentação apresentada pela parte da Primeira Outorgante.

Cláusula 18ª
(Disposições Gerais)

1. Os serviços prestados pelo pessoal afeto à Segunda Outorgante, ao abrigo do presente contrato, não implicam qualquer vinculação laboral com a Primeira Outorgante, sendo de exclusiva responsabilidade da Segunda Outorgante, quaisquer relações legais com o pessoal necessário à execução dos serviços, possuindo este contrato um cunho independente e devendo a Segunda Outorgante manter em ordem as obrigações previdenciárias decorrentes da vinculação, assumindo responsabilidade integral e exclusiva quanto aos salários e demais encargos laborais e previdenciários de seus colaboradores, principalmente com relação a possíveis reclamações laborais, não existindo responsabilidade solidária entre as Outorgantes;
2. As alterações de quaisquer cláusulas, serviços e valores que venham a ser discutidos e aprovados pelas partes, deverão necessariamente ser objeto de uma adenda por escrito, sob pena de não terem validade.

Cláusula 19ª
(Resolução de Litígios)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato, serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa-fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o litígio será dirimido pelo foro da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro Tribunal.

Cláusula 20.ª
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código Civil

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.



Este Contrato, constituído por 14 (catorze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e que são rubricados pelas partes.

Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, aos 06 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três.

A Primeira Outorgante
ENAPOR, SA

Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Presidente do Conselho de Administração

Dr.ª Eneida Cristina Lima Gomes
Administradora Executiva

A Segunda Outorgante
CONSULMAR – PROJETISTAS E CONSULTORES, LDA

Eng.º Carlos Maria Abecasis
Gerente

Eng.º Artur Gomes da Costa
Gerente

